

A SOMBRA DO «OUTRO»: A GUERRA CIVIL DE ESPANHA E O REFORÇO DO NACIONALISMO PORTUGUÊS HISPANÓFOBO

JOSÉ MIGUEL SARDICA
Universidade Católica Portuguesa

RESUMO: Este artigo pretende olhar para a Guerra Civil de Espanha e para a consolidação de Salazar e Franco no poder como um tempo de reforço do nacionalismo português hispanófono (contrariando a ideia da comunhão perfeita de mundivisões entre os dois ditadores ibéricos), sentimento ou atitude que percorreu o Estado Novo e que chegou ainda à democracia e aos tempos da Península na Europa. Para tal, far-se-á a recensão de algumas das vozes que, entre 1935 e 1942, moldaram a política portuguesa face a Espanha, com realce para o anti-republicanismo e para o antifalangismo de Salazar.

PALAVRAS CHAVE: Guerra Civil de Espanha; Salazar; Franco; Nacionalismo; Hispanofobia.

THE SHADOW OF THE «OTHER»: THE SPANISH CIVIL WAR AND THE STRENGTHENING OF PORTUGUESE HISPANOPHOBIC NATIONALISM

ABSTRACT: This article aims to look at the Spanish Civil War and at Salazar and Franco's consolidation in power as a time of strengthening of Portuguese nationalistic Hispanophobia (opposing the idea of the perfect communion of worldviews between the two Iberian dictators), a feeling and an attitude that spanned all through the 'Estado Novo', up to and including democracy and the era of the Peninsula in Europe. To do so, some of the voices which shaped Portuguese politics towards Spain, between 1935 and 1942, will be discussed, most notable of all Salazar's anti-republicanism and anti-Falangism discourses.

KEYWORDS: Spanish Civil War; Salazar; Franco; nationalism; Hispanophobia.

1. INTRODUÇÃO: O LUGAR DE ESPANHA NO NACIONALISMO PORTUGUÊS

Ao longo do século xx e com ecos até ao presente, Portugal manteve com Espanha uma relação muito especial, em que se confrontaram atitudes de reserva, desconfiança, incomunicação ou mesmo ódio, e de convergência, amizade, descoberta ou mesmo amor pelas coisas e gentes do país vizinho (Sardica 2013). A imutabilidade da geografia e os ritmos da evolução histórica — muitas

vezes paralela, outras divergente — fizeram com que na política, na diplomacia, na economia ou entre a *intelligentsia* cultural portuguesa o olhar negativo superasse em várias ocasiões o olhar positivo, fazendo do «perigo espanhol» um ingrediente base do nacionalismo português. Na construção da nação, Espanha desempenhou por norma o papel do «outro», rival e ameaça, real e palpável ou sentimental e estereotipada, tudo justificando as «costas voltadas» ou a demonização do vizinho peninsular.

Como notou, a propósito, a escritora Lúcia Jorge no final do século xx, ou seja, já em plena integração europeia e em tempos de esbatimento de fronteiras físicas e mentais, a *mala vecindad* que os portugueses sentiam face aos espanhóis continuava a ser um tema recorrente: Espanha era «o nosso fatal desaliado, como não podia deixar de ser», porque ela era «o nosso único e solitário irmão»; e «como se sabe, os países criam entre si relações semelhantes às familiares, relações dominadoras, perversas e, no entanto, necessárias e inevitáveis» (Jorge 1995: 63-64). De Fernando Pessoa a António Sardinha, ou de Eduardo Lourenço a José Saramago, muitos foram os que tentaram rumar contra esse antiespanholismo; e de João Chagas a Salazar, ou de Franco Nogueira aos ativistas de Olivença e aos opositores à espanholização da economia lusa, muitos foram os que vincaram uma irreprimível recusa de qualquer iberismo ou peninsularismo cultural, político ou económico, fazendo da hispanofobia uma estratégia sublimadora de um sentimento coletivo de ciúme, asfixia ou medo.

Em meados do século xx, Agostinho da Silva escreveu que «o que Portugal fez de maior no mundo não foi nem o descobrimento, nem a conquista, nem a formação de nações ultramarinas: foi ter resistido a Castela» (Ferreira 1989: prefácio). O filósofo não subscrevia esta atitude, mas resumia bem em que consistia a definição, pela negativa, da portugalidade: *não ser espanhol*. E não ser espanhol, ou escapar aos sonhos iberizantes do vizinho, foi durante muito tempo o programa mínimo com apoio máximo de várias fações da política, da sociedade e da cultura portuguesas. Depois de 1986, estabilizadas as duas democracias da Península Ibérica e integradas ambas na Europa, as rivalidades nacionais mitigaram-se, e o cosmopolitismo pós-moderno das gerações mais novas atuou para fazer daquelas reservas e medos elementos arcaizantes. Tem-se visto, no entanto, que o cosmopolitismo está sob ataques vários e que talvez o futuro europeu e global venha a assistir à reificação de discursos nacionalistas, continuadores de alguns sentimentos do passado, que assim convém reanalisar.

O objetivo deste texto será assim o de olhar para a Guerra Civil de Espanha — um dos acontecimentos mais importantes do século xx europeu — e para a conjuntura mais larga dos anos da consolidação no poder de Salazar e de Franco como um tempo importante de reforço do nacionalismo português hispanófono (revendo assim o lugar-comum historiográfico da suposta comunhão perfeita de interesses e mundivisões entre os dois ditadores ibéricos), que percorreu todo o Estado Novo e que deixou uma herança à democracia e aos tempos mais recentes da Península na Europa. Para tal, far-se-á a recensão de algumas das vozes, tanto políticas como literárias, que, ao longo da década de 1930 e nos primeiros anos da década de 1940, mais moldaram a política portuguesa face a Espanha, com natural destaque para o anti-republicanismo e para o antifalangismo de Salazar.

2. A «ESQUIZOFRENIA» IBÉRICA: PORTUGAL PERANTE A II REPÚBLICA ESPANHOLA

A relação mantida entre Lisboa e Madrid nos tempos de charneira que foram os da transição da I República para o Estado Novo em Portugal (1926-1933), e da queda da Monarquia, da II República e do triunfo de Franco na Guerra Civil, em Espanha (1931-1939), precisa de ser enquadrada através de algum recuo temporal. Com uma República radical e laicista colocada defronte de uma Monarquia conservadora e católica, os anos de 1910 a 1917 foram, para Portugal, um tempo de aguda preocupação com o «perigo espanhol» (Torre Gómez 1980). Lisboa usou a beligerância na I Guerra Mundial para justamente esconjur essa ameaça, colando-se aos futuros vencedores da contenda e exigindo um reconhecimento que não deveria ser estendido ao vizinho peninsular.

Esbatidas as piores sequelas da I Guerra, e ao longo da década de 1920, com avanços e recuos, a maior moderação de Afonso XIII, os discursos peninsularistas de António Sardinha, a fraternidade ibérica bem-intencionada de Miguel Primo de Rivera e as simpatias de Ivens Ferraz e de Óscar Carmona, visitando Espanha, deram à relação entre Lisboa e Madrid cores bem mais simpáticas do que o clima de desconfiança e de antagonismo que imperara até 1919 (Torre Gómez 1985). É claro que isso não dissipou por completo as reservas antiespanholas sentidas em Portugal, como não fez desaparecer para sempre a retórica de «Espanha Grande» e do «passeio até Lisboa», audível ou *in pectore* nos meios espanhóis mais conservadores. Mas a evolução da percepção

do «perigo espanhol» para a celebração da «amizade peninsular» foi óbvia e era sentida, de parte a parte, no início da década de 1930, quando os sonhos iberistas que tanto haviam ensombrado a República portuguesa na sua primeira fase já tinham sido substituídos «pela aspiração sincera a um entendimento formal, fraternal e efetivo» (Torre Gómez 2011: 139).

Entre a *intelligentsia* portuguesa, Ricardo Jorge abriu o caminho para um olhar mais simpático para Espanha, com a sua defesa da «hispanologia» e a sua crítica à «hispanofobia desaustinada e dementada» em 1921 (Jorge 1925 [1921]: 222, 226-227); depois, muita gente lera com atenção António Sardinha quando, em 1924, este deixara escrito:

Acreditar que o futuro de Portugal, seja por esperança, seja por medo, é tornar-se uma simples província espanhola constitui a tara mais grave do patriotismo português, tara que, diminuindo e encobrindo tudo o que há de universal no nosso génio, parece instituir como condição basilar da nossa independência um ódio fundo, um ódio cego, um ódio irracional à Espanha (Sardinha 1924: 1).

A amizade peninsular foi, todavia, um intervalo de decompressão que não durou muito. A partir de abril de 1931, a implantação da II República em Espanha veio reabrir de novo uma vincada desarmonia entre os dois regimes vigentes na Península. Ao longo dos cinco anos seguintes, até julho de 1936 (e descontado o período *cedista* de outubro de 1934 a fevereiro de 1936), Espanha caminhou para a esquerda, contrastando com um Portugal que caminhava para a direita, à medida que Salazar ia ascendendo no interior da Ditadura Militar (1926-1933) e preparando a institucionalização do Estado Novo. Um Portugal autoritário e ordeiro perante uma Espanha radical e revolucionária fez desse quinquénio «um dos mais conturbados períodos das relações entre os dois Estados ibéricos» ao longo de todo o século xx, demonstrando, afinal, a regra da «dificuldade de na Península Ibérica poderem subsistir por muito tempo regimes diversamente orientados, tão decisiva é a complementaridade entre os dois países e tão determinantes são os comuns interesses estratégicos» (Cruz 1999: 33).

Para a elite política portuguesa, o problema, a partir de 1931, não era apenas a orientação anticlerical e laicista ou o reformismo socioeconómico anti-conservador exibido pelos governos de Madrid, mas sobretudo o projeto de federalismo ibérico que ali veio à tona. Manuel Azaña, um dos grandes rostos do novo regime, era um adepto confesso da unidade peninsular, através de uma

dinâmica de federalismo democrático, teorizando um futuro mapa da Ibéria em que Portugal entraria como comunidade autonómica. A par da pura diferença entre regimes, portanto, o que reacendeu a chama do antiespanholismo português foi o próprio ideário federativo iberizante dos republicanos (e demais esquerdas, socialista, comunista e anarquista), vigente em Espanha durante a II República. Da parte portuguesa, essa percepção e prevenção eram já óbvias ainda antes da implantação do novo regime. Em janeiro de 1931, três meses antes da queda de Afonso XIII, João Carlos de Melo Barreto, embaixador português em Madrid, apelava a Lisboa em termos contundentes:

Vai sendo urgente estabelecer um cordão sanitário de brio português, em face destes torvos doutrinadores da expressão política da Península, do milagre ibérico da abolição de fronteiras [...] À República portuguesa, e por consequência à Nação, com ela identificada em absoluto, será útil tudo o que signifique o apoio moral à reação produzida em Espanha a favor da Monarquia unitária, que terá todos os defeitos, menos o de querer mal ao nosso país e o de constituir uma ameaça para a independência de Portugal (Antunes 2003: 416; Torre Gómez 2011: 138).

Quando a Monarquia caiu em Espanha, Salazar — ao tempo o super ministro das Finanças do governo liderado por Domingos de Oliveira — tornou-se o porta-voz de quantas reservas e desconfianças os portugueses deveriam ter face ao novo republicanismo triunfante em Madrid. Em maio de 1931, um mês volvido sobre a proclamação do novo regime no país vizinho, num discurso à União Nacional, o futuro líder do Estado Novo, contemplando a vida internacional, constatava que nela se expandiam «doutrinas eivadas de internacionalismos confusos, aqui e ali estranhamente associados a vagos imperialismos». Em face disso, impunha-se recordar que Portugal era «um velho país livre, homogêneo na sua formação, de fronteiras imutáveis quase desde que se constituiu em Estado independente», e afirmar «serenamente a vontade de sermos no presente e no futuro o que sempre fomos no passado — livres, independentes, colonizadores» (Salazar 1935: 131-132; discurso de 17.5.1931). Sem nunca a citar pelo nome, o recado era obviamente para a Espanha azañista — tanto mais que essa mesma Espanha não tardou a estabelecer ligações conspirativas com a oposição portuguesa que lutava contra a ditadura.

Para Salazar, a hispanofobia tinha razão de ser. Em 1932, quando ascendeu à Presidência do Conselho de Ministros, passou a tratar o vizinho ibérico com maior dureza, anunciando, ao seu círculo mais privado, «novas Aljubarro-

tas» (*sic*), se Madrid «algum dia reincidisse nos erros do passado» (Vicente 2003: 22 e 217). E nem o maior desanuviamento político, propiciado em 1934-36 pelos governos moderados de Alejandro Lerroux e da CEDA, desarmou as desconfianças de Lisboa. Em junho de 1935, Lerroux organizou, com o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) de António Ferro, a visita de uma embaixada de vultos culturais espanhóis a Portugal, liderada por Miguel de Unamuno, um lusófilo conhecido há muito, e por Ramiro de Maeztu, um teórico da amizade aliancionista ibérica, que recolhera do amigo António Sardinha (Oliveira 1995: 38; Cruz 1999: 43). Em Lisboa, foram recebidos por José de Almada Negreiros, um apaixonado das coisas espanholas e um defensor de uma unidade civilizacional e cultural ibérica, diferente da simples unidade política ou de soberanias. Os *slogans* e o mote de Almada Negreiros ficaram resumidos num dos números da revista *Sudoeste*: «Civilização Ibérica, sim, sempre! União Ibérica, não, nunca! Aljubarrota mais Toro igual a zero. Península Ibérica igual a Espanha mais Portugal». O que queria Almada dizer com isto? Que «a dualidade Portugal e Espanha é o segredo da vitalidade da Península Ibérica e da sua civilização. Portugal e Espanha são dois opostos e não dois rivais. Os opostos são complementos iguais de um todo» (Negreiros 1971 [1935]: 35). Atualizando o iberismo cultural de Oliveira Martins e de Miguel de Unamuno, de Félix Lorenzo ou de Fernando Pessoa, de António Sardinha ou de Ramón Gómez de la Serna (entre outros nomes citáveis, de lusófilos espanhóis ou hispanófilos portugueses), Almada defendia uma diferenciação feita de complementação, ou uma unidade na diversidade, que não punha em causa fronteiras, apenas apelando a um olhar menos nacionalista e nada xenófobo de cada um dos povos sobre o seu vizinho. Nem a iniciativa da embaixada cultural, nem as efabulações literárias de Almada Negreiros foram, contudo, bem acolhidas no *entourage* salazarista. Luís Teixeira de Sampaio, ao tempo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e um dos expoentes do preconceito anticastelhano da elite salazarista, fez chegar à Presidência do Conselho um relatório onde alertava para os perigos da subalternização de Portugal na Ibéria, o que trazia por consequência uma maior vulnerabilidade nacional perante qualquer desígnio hegemónico espanhol — fosse ele real, de cariz político, ou subliminar, através da penetração cultural, económica ou outra (Oliveira 1999: 42-43; Sánchez Cervelló 2002: 278).

Era o primeiro que Salazar mais temia — e essa ameaça pareceu-lhe ainda maior quando, em fevereiro de 1936, a Frente Popular (das esquerdas) venceu as eleições em Espanha, reganhando o poder e reavivando todos os medos por-

tugueses de uma independência ameaçada. A Pátria, que a educação antimoderna, reacionária, católica e integralista do Presidente do Conselho elevara a categoria suprema, não se discutia, e a independência do retângulo atlântico da Península era um dogma exacerbador de todos os xenofobismos contra o renovado «perigo» espanhol. A 21 de fevereiro, seis dias após a vitória eleitoral de Azaña, Salazar expressou a sua preocupação aos deputados da Assembleia Nacional:

Nada pode desviar-nos das nossas conceções e da firme e serena realização dos nossos princípios. Não digo, contudo, que não tenha de haver cuidados especiais e que os factos desenrolados à nossa volta não nos causem preocupações, sobretudo se algum país se esquecer do que deve à correção internacionalx (Salazar 1937: 114, discurso de 21.2.1936).

Dali a algumas semanas, Riba Tâmega, o embaixador português em Madrid, dava razão a Salazar, reportando que a cúpula socialista espanhola — e em particular o seu líder, o influente Francisco Largo Caballero — pusera a circular o projeto de tornar Espanha «uma República feita à imagem da Rússia», para assim se constituir a «confederação das nacionalidades ibéricas» e «provocar a guerra ao Portugal fascista» (Pinto 1996: 66). No clima de alta tensão vigente, tais rumores (ou mais do que isso), exacerbaram a relação quase esquizofrénica mantida entre os dois países, com Madrid a apoiar as oposições portuguesas a Salazar e este a acolher as oposições espanholas (monárquicos, conservadores e militares) que se opunham à radicalização esquerdizante em curso no seu país (Torre Gómez 1988).

3. SALAZAR E A GUERRA CIVIL DE ESPANHA: DO ANTI-REPUBLICANISMO AO ANTIFALANGISMO

A natureza da II República espanhola e a ameaça que ela constituía para a integridade do Portugal do Estado Novo condicionaram e justificaram o apoio prestado por Salazar a Franco assim que, com o *alzamiento* de julho de 1936, se iniciou no país vizinho a Guerra Civil, opondo o governo republicano de Madrid às tropas nacionalistas rebeldes do futuro *Caudillo*. Pela contiguidade geográfica, pela comunhão de interesses estratégicos, pela solidariedade histórica peninsular e até pela própria inserção do espaço ibérico no sistema que

então se desenhava, de confronto entre velhas democracias e novas ditaduras, qualquer que fosse o destino de Espanha na contenda, ele marcaria, pela positiva ou pela negativa, o destino de Portugal. A partir do verão de 1936, o que estava em jogo, tanto para Salazar como para Franco, era mais do que uma opção ideológica ou uma questão de relacionamento pessoal entre ambos. Juntos e vitoriosos, moldariam o futuro das relações ibéricas nas décadas subsequentes; se um deles fosse vencido, a existência do outro estaria sempre ameaçada. Por isso Salazar nunca teve dúvidas sobre o lado por que deveria optar. É por isso, sempre na sombra de uma política oficial internacional de não-intervenção, Salazar não hesitou em envolver-se das mais variadas formas, para depois invocar a quota-parte que tivera (ao lado de Mussolini e de Hitler) na vitória de Franco.

Ajudar Franco tinha, por seu turno, duas apreciáveis vantagens. Em primeiro lugar, a vitória dos nacionalistas prometia a consolidação de uma Espanha autoritária, unitária, ordeira e católica, de onde desapareceriam quaisquer sinais expansionistas de republicanismo pró-comunista, a ideologia «vermelha» que Salazar já definira como «a grande heresia da nossa idade» (Salazar 1935: 308; discurso de 28.1.1934). Em segundo lugar, e sabendo-se, como em Lisboa logo se soube, das ambições iberistas e anexionistas que também existiam na extrema-direita falangista, que apoiava Franco, a colagem ao *Caudillo* criar-lhe-ia obrigações de alguma lealdade, atuando como barreira a essa ameaça. No fundo, era uma questão de mal maior ou de bem menor: o iberismo unitarista que poderia emergir por detrás de Franco era mais previsível na sua atuação do que o bolchevismo ou do que os projetos de federalismo peninsular sob capa democrática e fraterna, e por isso os meios para o conter mais sabidos. Lidar com Franco, como já antes com Afonso XIII, era mais fácil do que com a coalizão das esquerdas e extremas-esquerdas que governara Espanha desde 1931.

A esta luz, a Guerra Civil de Espanha teve portanto, para o Estado Novo, um duplo significado, que a fazia não ser apenas um assunto «lá de fora». Não se lutava, é certo, em solo português, mas Portugal envolveu-se no conflito, não apenas porque a «civilização» de que Franco era porta-estandarte era a da Ibérica, a do património cultural e cristão de que Portugal há séculos também formava parte, mas igualmente porque na guerra de Espanha também se jogava a independência de Portugal — quer contra a ameaça, já visível, da absorção pelo federalismo republicano, quer contra essa outra ameaça, latente e porventura ascendente, das ambições imperialistas ou anexionistas do falangismo.

O anti-republicanismo, que era uma das formas de anti-iberismo, dominou o pensamento salazarista nos primeiros tempos da Guerra Civil. Secundando a Itália fascista e a Alemanha nazi à escala das suas possibilidades e dos seus condicionamentos internacionais (a aliança luso-britânica não o deixava fazer tudo), Salazar empenhou-se e deixou que Portugal se empenhasse num apoio continuado e multiforme à causa franquista — em material logístico, auxílio financeiro, intervenção policial repressora sobre os refugiados «vermelhos» que atravessavam a fronteira, censura e propaganda, ajuda militar (na forma dos «Viriatos»), e pressão diplomática junto das potências ocidentais (Rezola 1996: 43; Antunes 2003: 620-624). Ajudando Franco, cuja vitória ainda vinha longe, Salazar sentia estar a ajudar-se a si próprio. Em abril de 1937, uma nota da Presidência do Conselho de Ministros à imprensa explicava:

Todos temos sentido neste caso de Espanha, que a nós mais que a ninguém afeta, pela solidariedade de interesses na Península, pela estreita colaboração dos dois povos na história do mundo, a ameaça direta, não digo já à nossa estabilidade política, mas à independência de Portugal, parte integrante, no plano comunista, das repúblicas soviéticas ibéricas (Salazar 1937: 279-280, nota de 15.4.1937).

A hispanofobia nacionalista portuguesa estava justificada e a ajuda a Franco também. Ou seja: auxiliar os rebeldes não era imiscuir-se em assunto alheio e vedado à luz da jurisprudência tentativamente ensaiada pelo Comité de Não-Intervenção; era defender a independência de Portugal, tanto mais em perigo quanto se sabia em Lisboa da ingerência soviética em Espanha, apoiando os planos do comunismo iberizante. Na SDN, em setembro de 1937, em resposta a uma intervenção do Primeiro-Ministro espanhol, Juan Negrín, contra o apoio português aos rebeldes, José Caeiro da Mata secundaria em termos claros o pensamento de Salazar:

Desejamos de todo o coração — e hoje mais do que nunca — o triunfo do nacionalismo espanhol, e isso pela simples razão de que todos sabemos que a absorção de Portugal é uma das aspirações do comunismo ibérico (Oliveira 1999: 48).

Por essa altura, o País Basco já caíra nas mãos de Franco e os nacionalistas expandiam já o seu controlo sobre a Andaluzia, no Sul, e em cunha, em direção a Aragão, ao Ebro e ao Mediterrâneo, no Norte, preparando os êxitos de 1938-39: o cerco à Catalunha, a tomada de Barcelona, a queda de Valência e,

finalmente, a entrada em Madrid. Se a Espanha republicana era para odiar, a Espanha franquista era para reacear. Por isso, a hispanofobia mudou de objeto e de tom à medida que a Guerra foi durando, sobretudo a partir do momento em que o Estado Novo se começou a aperceber do outro perigo da contenda para lá da ameaça «vermelha» — o perigo do movimento franquista, que estava a ganhar terreno e vantagem militar e a dar espaço, com isso, ao reforço da Falange e da sua retórica igualmente iberizante e anexionista.

Em abril de 1938, um ano e meio volvido sobre o corte de relações diplomáticas com a Espanha republicana, Salazar procedeu ao reconhecimento oficial da Junta de Burgos como governo legítimo. A decisão foi comunicada em discurso à Assembleia Nacional e o teor desta intervenção traduz a emergência daquela nova hispanofobia antifalangista, menos veemente do que a de cariz anti-republicano, mas nem por isso menos importante. Dirigindo-se já ao futuro vencedor da Guerra, Salazar dizia querer oferecer à nova Espanha «tão amigáveis e cordiais relações, que desapareçam desse lado todas as desconfianças e preocupações». Mas não querendo «ficar aquém» disto, não poderia nunca «ir mais longe». E seguia-se o recado dissuasor do triunfalismo iberizante da Falange: «A nossa plena independência para a realização dos nossos destinos no mundo tem de ser axioma fundamental da política espanhola»; só nesta base haveria «campo aberto para entendimentos mútuos». Se dúvidas restassem, o Presidente do Conselho fazia questão — num raro momento de loquacidade — de ir até mais longe:

Nós sabemos que esta posição é perfeitamente compreensível e aceite pelas pessoas responsáveis no governo e direção mental da Espanha nacionalista, e temos atribuído alguns desvios aos fumos inebriantes de vitória. Passado o momento convulsivo da horrorosa guerra, esmagado o comunismo e salva a Espanha para a civilização ocidental, a todos se há-de impor, como a própria evidência e luz da razão política, este facto irredutível da dualidade peninsular, contra o qual, se foram impotentes as tradições federalistas das duas repúblicas, também não o é menos a tradição imperialista de Filipe II (Salazar 1943: 82-84, discurso de 28.4.1938).

A uma preocupação a caminho de ser vencida, o triunfo do bolchevismo, sucedia outra, de sinal contrário: o triunfo, explorando a vitória franquista, dos projetos anexionistas da extrema-direita espanhola. E por consequência, apesar da provável vitória de Franco — ou *por causa* dessa anunciada vitória — o nacionalismo português seguia definindo-se orgulhosamente patriótico *contra*

Espanha. Não por acaso, foi justamente em 1938 que a direita nacionalista portuguesa pressionou Salazar para reabrir o processo de Olivença, como compensação para o auxílio português à Junta de Burgos e como teste à determinação iberizante dos que rodeavam o *Caudillo*. Salazar recusou fazê-lo, alegando não querer aproveitar-se da situação problemática de Espanha para tirar vantagens, mas os proponentes não desistiram do intento, optando por formalizar a constituição da *Sociedade Pró-Olivença* (depois transformada, em 1944, no *Grupo de Amigos de Olivença*) (Almuiña 2000: 134 e 158). Em todo o caso, o líder do Estado Novo saiu a terreno para manifestar alarme face a algum crescendo de atividades culturais transfronteiriças (congressos e palestras) que já animava a relação entre salazaristas e franquistas, em termos que revelavam um antiespanholismo jamais dissipado no seu pensamento:

Ponho as maiores reservas ao chamado intercâmbio cultural, que nunca serviu senão para os espanhóis cumulare de amabilidades escritores portugueses e fazerem desse modo um trabalho de penetração pacífica que não deve ser favorecido (*apud* Meneses 2010: 229).

E aproveitava para reforçar a mensagem já antes passada à opinião pública: «A crise atual em que temos ajudado a Espanha a vencer o comunismo não deve fazer-nos esquecer os fatores permanentes da política peninsular» (2010: 229).

À superfície, as relações do Estado Novo com a Espanha do *Caudillo* progrediram sempre de forma positiva. Em junho de 1938, Pedro Teotónio Pereira, o «agente especial» português colocado junto de Franco, foi elevado à categoria de embaixador, assim se completando o processo de reconhecimento da Junta governativa de Burgos. Procurando reciprocidade, Franco nomeou para Lisboa o seu próprio irmão, Pablo Nicolás Franco, que permaneceria em funções oficiais em Portugal durante vinte anos, até 1958. A convergência política e diplomática dos dois regimes ficou selada em março de 1939, com a assinatura do Pacto Ibérico, um tratado formal de amizade, auxílio e não-agressão mútua, que era também, para o lado português, uma recompensa ao cabo de quase três anos de preocupação pró-nacionalista e de labuta a favor do lado agora vencedor da Guerra de Espanha. Quando Franco entrou triunfalmente em Madrid, a 1 de abril de 1939, o desfile da vitória incluía uma delegação dos «Viriatos» portugueses. Dali a pouco mais de um mês, em maio, na Assembleia Nacional, Salazar não resistiria a uma moderada apropriação da vitória franquista, recordando como:

Sem cansaço, sem desânimo, sem cálculo, fomos desde a primeira hora o que deveríamos ter sido — amigos fiéis de Espanha, no fundo peninsulares. Despendemos esforços, perdemos vidas, sofremos riscos, compartilhámos sofrimentos; e não temos nada a pedir, nem contas a apresentar. Vencemos — eis tudo (Salazar 1943: 147-148, discurso de 22.5.1939).

Mas estas palavras de simpatia eram significativamente acompanhadas por outras, na forma de lembretes ou apelos à correção internacional do *Caudillo*: «Portugal e Espanha são obrigados a viver paredes meias na Península: a boa ou má vizinhança favorece-os ou prejudica-os a ambos». Era um «traço característico», que resumia em si mesmo a história das relações peninsulares e dos seus princípios norteadores: «dois Estados irremovivelmente independentes; duas nações fraternalmente solidárias» (Salazar 1943: 147, discurso de 22.5.1939).

No seu conjunto, a Guerra Civil de Espanha constituiu um dos testes mais duros para a resistência e viabilidade nacionais do Estado Novo salazarista e um verdadeiro batismo de fogo do Presidente do Conselho no palco da diplomacia internacional, num contexto em que já se acumulavam as tensões que conduziriam à II Guerra Mundial. A relação luso-espanhola registou então também uma das suas conjunturas mais difíceis, enquanto Lisboa e Madrid alinhavam em lados opostos e enquanto a alternativa dereitista de Franco não se afirmou como vencedora na contenda fratricida. Mas a vitória franquista, se dissipou no pensamento de Salazar — em si mesmo arreigadamente nacionalista e desconfiado face ao vizinho espanhol — o espectro de uma «sovietização» de Espanha que poderia engolir Portugal, veio introduzir novas e diferentes preocupações — as da ressurreição da ameaça absorcionista, agora à direita, nas mãos da Falange e dos ultras, que passaram a rodear o *Caudillo* em Madrid. Significa isto que o velho sonho da extrema-direita espanhola, que fora o de Afonso XIII até ao final da I Guerra Mundial, que se tornara minoritário sob Primo de Rivera e que hibernara durante a II República espanhola, parecia estar a ser redinamizado pelo Estado-Maior franquista a partir de 1938-39.

Acresce que, apesar de mais discreta do que o fantasma, passado, da federação ibérica de sinal republicano-comunista, a ameaça falangista era talvez mais perigosa, atento o quadro das relações internacionais de então. Na verdade, uma Península Ibérica reconfigurada sob a tutela, mesmo que longínqua, de Moscovo era um cenário muito mais impensável para as grandes chancelarias europeias do que uma operação levada a cabo pela Espanha franquista e pró-fascista sobre um Portugal autoritário, mas mais fraco e pouco relevante na cena

internacional. No velho mundo, o tempo era de revisão de fronteiras — como provavam a anexação da Áustria ou o desmembramento da Checoslováquia às mãos da Alemanha nazi, a invasão da Albânia pela Itália fascista ou o acordo germano-soviético para a partição da Polónia. E o passado da I República e dos bastidores da I Guerra Mundial mostrava que Londres ou Paris não achariam um total absurdo os projetos da Falange, como não tinham achado os de Afonso XIII, se acaso a *realpolitik* ou uma qualquer lógica de equilíbrio de ganhos e perdas convencesse o Reino Unido e França a deixarem «cair» Salazar.

Jorge Botelho Moniz, um dos comandantes dos «Viriatos» portugueses, entrevistou bem os apetites da Falange espanhola, numa entrevista concedida ao *Diário de Lisboa* em maio de 1939. Segundo ele, e perante a Guerra de Espanha, fora necessário escolher entre dois perigos — «um perigo certo e imediato, que nos encontrava mal preparados e divididos», que ele definia como «o federalismo republicano soviético», e «um perigo improvável e longínquo», que ele definia como «a ilusão de Filipe II», ou seja, «a hipótese absurda da cegueira imperialista» dos novos donos de Madrid. Entre um e outro, concluía, «escolhemos este último e seja o que Deus quiser» (Loff 2004: 19). Também José Pequito Rebelo, um antigo Integralista, prosseguindo a orientação de António Sardinha, apareceu a público em 1939 lembrando e defendendo a «dualidade peninsular», numa «unidade moral» que tinha de passar pela «independência com aliança» e pela «vizinhança com amizade». Por isso era importante que toda a Europa (Pequito Rebelo não ousava nomear Espanha sozinha) se compenetrasse da necessidade de proteger os dois países «separados politicamente e unidos em espírito de Cristandade» (Rebelo 1939: 10 e 36). Nem Botelho Moniz, nem Pequito Rebelo eram propriamente hispanófilos — mas só não o eram se, arredada a sombra da «Federação Ibérica Soviética», não proliferassem, soprados de Madrid, outros tipos de anexionismo igualmente violentos e desnacionalizadores para um povo com oito séculos de existência autónoma no quadro da Península.

4. A PENÍNSULA E A II GUERRA MUNDIAL: ENTRE O SOBRESSALTO E O BLOCO IBÉRICOS

Cinco meses volvidos sobre a vitória franquista em Espanha iniciou-se na Europa a II Guerra Mundial. Sem hesitações, o governo português declarou de imediato a sua neutralidade, uma posição justificada pela memória traumática

do que fora a participação nacional no anterior conflito mundial, pela falta de preparação das forças armadas portuguesas e também por um esforço em afastar Espanha de uma beligerância pró-Eixo que poderia ter consequências imprevisíveis para a Península Ibérica. A preocupação era tanto maior quanto, em 1939, existia uma diferença de afinidades internacionais entre Lisboa e Madrid, com Portugal a não renunciar à sua ligação atlântica com a Grã-Bretanha e Espanha a não esconder a sua inclinação continental em favor do Eixo ítalo-alemão. Não era seguro que o *Caudillo* não comprometesse a paz e a segurança ibéricas com aventuras bélicas ao lado do *Duce* ou do *Führer* ou, pior ainda, que não decidisse utilizar a II Guerra Mundial para, a coberto da beligerância e com luz-verde alemã e italiana, dar curso a ambições anexionistas sobre Portugal.

Na verdade, entre abril e setembro de 1939, várias vozes falangistas falavam abertamente da remodelação da Europa que estaria para chegar, imaginando um novo mapa continental com base em grandes Estados e onde o pequeno Portugal já não teria lugar. No verão desse ano, a embaixada alemã em Madrid reportou a Hitler o que se ouvia nos corredores da diplomacia espanhola: «Quando tivermos levado a nossa fronteira ocidental ao Atlântico», ou «Quando as esquadilhas alemãs saírem de bases portuguesas que estarão em mãos espanholas» (Sánchez Cervelló 2002: 280). Durante todo o ano seguinte, 1940, a Escola de Guerra de Madrid foi incumbida de estudar planos concretos para a invasão de Portugal, detalhando os efetivos e manobras envolvidos nessa operação e imprimindo mapas em que o retângulo português já aparecia integrado no quadrado espanhol peninsular (Ros Agudo 2009: 224-231; Queirós 2009: 140). A heroicização do *Generalísimo* ia em crescendo e a propaganda germanófila dominava os corredores do poder em Madrid. Salazar não conhecia pessoalmente o *Caudillo*: não tinha nele um amigo, apesar do Pacto Ibérico, mas apenas um aliado tácito na causa da luta anticomunista. Comparados, eram mais diferentes do que iguais, revelando o quanto a *gravitas* civilista do ditador português contrastava com a *tenacitas* militar do ditador espanhol.

O problema estava na euforia e no triunfalismo de Franco, que não tinham limites em 1939 e que os primeiros tempos da II Guerra ainda insuflaram mais. Tendo acabado de derrotar os «vermelhos» e os maçons, abriam-se à sua frente perspectivas promissoras de ganhos territoriais como «companheiro natural de Hitler e Mussolini» (Preston 2004: 359-360). Especialmente preocupante, para o nacionalismo português, era o facto de o *Caudillo* e de o

seu círculo mais chegado falarem com superioridade sobre Portugal, comentando que, com a ajuda prestada durante a Guerra Civil, Salazar não fizera mais do que «salvar a própria pele, porque sabia muito bem o que tinha a esperar dos vermelhos» (Preston 2004: 372). Em junho de 1940, depois de Hitler ter vergado França e de a Itália ter entrado na Guerra, Madrid fugiu à proposta portuguesa de uma declaração conjunta de neutralidade e optou pela declaração unilateral de «não-beligerância». É verdade que Salazar conseguiu negociar, no final de julho, a assinatura de um protocolo adicional ao Pacto Ibérico de 1939. Mas o segundo semestre de 1940 e os primeiros meses de 1941 foram de terrível sobressalto para o Estado Novo, à medida que as conversações entre Franco e Hitler iam decorrendo com vista à projetada «Operação Félix». O objetivo era criar um bloco Berlim-Vichy-Madrid, destinado a fechar o Mediterrâneo a qualquer presença inglesa, servindo a Península Ibérica como fronteira de contenção contra um eventual avanço inglês ou norte-americano no Atlântico. Esta segunda meta implicava a efetiva ocupação de Portugal e Gibraltar por tropas da *Wehrmacht* [...] ou por tropas espanholas com auxílio alemão. O principal entusiasta do plano não era Franco, cujas hesitações, aliás, acabaram por fazer gorar a «Operação Félix»; era Ramón Serrano Súñer, cunhado do *Caudillo*, ministro dos Assuntos Exteriores a partir de outubro de 1940 e principal rosto do poder que a Falange germanófila detinha então em Madrid. Na famosa entrevista com Hitler, em Hendaya, Serrano Súñer alentou todos os receios portugueses em relação a Espanha ao reafirmar o que já dissera a Von Ribbentrop (o ministro dos Negócios Estrangeiros nazi) em Berlim, em setembro: que «ao olhar para o mapa da Europa, Portugal não t[inha], geograficamente falando, direito de existir e [tinha] por força de pertencer ao núcleo de um futuro império espanhol» (Loff 1999: 57).

Talvez um escrúpulo legalista, contrário ao belicismo anexionista do cunhado, tenha feito Franco ser menos iberista do que a Falange; talvez as exigências do *Generalísimo* sobre o Marrocos francês tenham feito Hitler desconfiar da lealdade do seu putativo aliado espanhol; talvez a perspectiva de ver Churchill e Roosevelt atuarem a partir dos Açores sobre a Europa se a Península fosse germanizada tenham feito o *Führer* hesitar — o facto é que Franco não entrou na Guerra e que, na primavera de 1941, a Alemanha nazi se voltou para o outro extremo da Europa, dando início à preparação da «Operação Barbarossa», de invasão da União Soviética. Foi o que bastou para enfraquecer a germanofilia em Madrid e esvaziar a ameaça de anexação iberista da Falange. Ato contínuo, também a hispanofobia abrandou em Lisboa. Em fevereiro de

1942, Salazar e Franco conheceram-se finalmente ao vivo, num encontro em Sevilha, em ambiente cordial e distendido, que marcou o início de um processo de desanuviamento e de reaproximação dos dois regimes ibéricos. Em Madrid, aquilo a que alguma historiografia chama o «sarampo germanófilo» (Torre Gómez 1998: 138) foi desaparecendo ao longo desse ano, e um sinal disso foi a substituição, em setembro de 1942, de Serrano Súñer pelo conde de Jordana, um aliadófilo e um lusófilo, na pasta dos Assuntos Exteriores. Culminando esse ano, em dezembro, numa cerimónia realizada no Paço da Vila de Sintra, Salazar e Jordana, em visita de Estado a Portugal, reafirmaram solenemente a existência de um «Bloco Ibérico», ou de um «Bloco Peninsular» (como Salazar lhe preferia chamar), num gesto público que reforçava, depois dos sustos de 1940, os termos da amizade ibérica selados em março de 1939 (Vicente 1992: 72).

5. CONCLUSÃO: A SOMBRA HISPANÓFOBA DO NACIONALISMO PORTUGUÊS

A celebração do «Bloco Peninsular» no fecho do ano de 1942 pode considerar-se um momento especial que reforçou «a convergência histórica do franquismo e do salazarismo», implicando «a superação do iberismo como principal fator condicionante das relações luso-espanholas» (Jiménez Redondo 1999: 108). 1942 teria, assim, assinalado um ponto de inflexão importante na história peninsular, ao esconjurar os fantasmas do anexionismo de Madrid em relação a Portugal, tão vivos na década anterior, em prol de uma estratégia de maior solidariedade ibérica no quadro da II Guerra Mundial e para o pós-Guerra. De facto, o tom e o conteúdo dos encontros entre Salazar, Franco e Jordana ajudaram a temperar a tradicional hispanofobia do nacionalismo português, porque o perigo anexionista à moda de Afonso XIII, de Serrano Súñer e da Falange tenderam a desaparecer a partir daí, contribuindo para uma segunda metade do século xx que foi no geral mais distendida entre os vizinhos ibéricos. Mas mais distendida não significa absolutamente pacífica, nem excluiu a manutenção de prevenções permanentes de parte a parte: era um impulso de colaboração por sobre tendências históricas de desconfiança e de separação, materializando um equilíbrio entre «fatores exógenos de aproximação e fatores endógenos de divergência» ou de «alheamento real por debaixo da aparente proximidade» (Jiménez Redondo 1996: 3-4) — o *vivir de espaldas*, como depois da II Guerra se perceberia.

Significa isto que, contrariamente a lugares-comuns muitas vezes repetidos, a relação entre as duas ditaduras ibéricas, que perdurariam até à década de 1970, «foi mais uma história de desentendimentos e de divórcios do que uma história de entendimentos, compreensão e cooperação mútua», na medida em que «um subterrâneo antiespanholismo percorreu o salazarismo, enquanto a ignorância patente sobre tudo o que era português percorreu o franquismo» (Oliveira 2006: 53; Loff 2004: 20). E apesar da democratização e da Europa, que nas últimas décadas do século xx e no início do século xxi trouxeram liberdade política, arejamento cultural e algum progresso material a Portugal e Espanha, aquelas linhas de relacionamento não desapareceram por completo. O mesmo Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar e campeão da hispanofobia portuguesa no conjunto do século xx, que em 1961 lamentava que os portugueses, «simples» e «cândidos», não se apercebessem «que nos espreitam sempre um conde-duque de Olivares, um José Carvajal, um Floridablanca, um Godoy, um Afonso XIII, e todos, todos os mais, com continuadores até aos dias de hoje» (Nogueira 1986 [1961]: 18-19), voltava à carga em 1992, denunciando Espanha como a ponta de lança de uma CEE devoradora dos pequenos: «Se há na dialética peninsular uma constante» — insistia ele então:

É o desejo, o objetivo, a obsessão espanhola de corrigir o que considera a anomalia de um Portugal independente. Essa atitude de sentimento, de pensamento e de ação atravessou os séculos e foi sempre vivaz [...] [A] Espanha por princípio, nunca pode estar de boa-fé, porque o alvo último que persegue não pode ser confessado, nem explicitados os motivos que a impelem (Nogueira 1992: 97-98).

Sete ou oito décadas passadas sobre os anos da II República, da Guerra Civil de Espanha e dos sobressaltos da II Guerra Mundial, que reforçaram, como poucas outras conjunturas no século, o veio hispanófilo do nacionalismo português, não há hoje racional para que os portugueses mantenham, em relação ao país vizinho, complexos de inferioridade ou de cerco, desconfianças, preconceitos, estereótipos, repúdios ou ódios. Um nacionalismo e uma alteridade saudáveis não são incompatíveis com boas relações de vizinhança e com um cosmopolitismo que, postos à prova pelas crises da economia global ou pelos desafios securitários atuais, têm de mitigar fantasmas e remover patriotismos exacerbados. Em todo o caso, não há como esquecer — e só lembrando se pode evitar — que no passado da relação sentimental e emocional

dos dois Estados e das duas sociedades o antiespanholismo português e o ibe-rismo anexionista espanhol foram muitas vezes causa e consequência um do outro, e ingredientes fundamentais nos olhares mútuos dos dois vizinhos pe-ninsulares. Em 1990, José Saramago, um dos vultos mais hispanófilos da re-cente cultura portuguesa, recordou a César Antonio Molina, um dos vultos mais lusófilos da recente cultura espanhola:

Como qualquer outro português, fui instruído na convicção de que o meu inimigo natural era, e seria sempre, a Espanha. Não atribuía demasiada importância ao facto de que nos tivessem invadido e saqueado os franceses, ou que os ingleses, nossos aliados, nos tivessem explorado, humilhado e governado [...] Absoluto, do nosso ponto de vista de portugueses, só o rancor ao castelhano, sentimento cha-mado patriótico, em que fomos infatigáveis no transcurso dos séculos (Molina 1990: 5-6).

Talvez tenha chegado o tempo de extirpar do modo de ser português esse velho intruso ideológico chamado hispanofobia — e talvez esta purga também motive o modo de ser espanhol a reparar mais, e mais simpaticamente, no que é e no que faz o seu vizinho peninsular.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALMUIÑA, Celso (2000). «Franco y Salazar, dos dictadores a la búsqueda de reconoci-miento (1942-1949)». *População e Sociedade*, 6, 123-164.
- ANTUNES, José Freire (2003). *Os espanhóis e Portugal*. Lisboa: Oficina do Livro.
- CRUZ, Manuel Braga da (1999). «Portugal e a II República Espanhola». *Transições His-tóricas e Reformas Políticas em Portugal*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 33-53.
- FERREIRA, José Medeiros (1989). *Um Século de Problemas: As Relações Luso-Espanho-las da União Ibérica à Comunidade Europeia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos (1996). *El ocaso de la amistad entre las dictaduras ibé-ricas, 1955-1968*. Mérida: UNED.
- JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos (1999). «Portugal, a Espanha e a formação da NATO». *Política Internacional*, 19, 97-111.
- JORGE, Lúcia (1995). «A Mão Espanhola». *Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica*, 17, 63-68.
- JORGE, Ricardo (1925 [1921]). «A Intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro». *Sermões dum leigo*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 161-236.

- LOFF, Manuel (1999). «Salazarismo e Franquismo: Suspeição nacionalista e comunidade ideológica». *História* (3.^a Série), 12, 52-61.
- LOFF, Manuel (2004). «¿Revolución versus Transición?: Visiones de España desde el Portugal revolucionario y posrevolucionario». *Gerónimo de Uztariz*, 20, 14-44.
- MENESES, Filipe Ribeiro de (2010). *Salazar. Uma biografia política*. Lisboa: D. Quixote.
- MOLINA, César Antonio (1990). *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*. Madrid: Akal.
- NEGREIROS, José de Almada (1971). *Ensaíios I*. Lisboa: Estampa.
- NOGUEIRA, Franco (1986). *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- NOGUEIRA, Franco (1992). *Juízo Final*. Porto: Livraria Civilização Editora.
- OLIVEIRA, César (1995). *Cem Anos nas Relações Luso-Espanhola: Política e Economia*. Lisboa: Cosmos.
- OLIVEIRA, César (2006). *Portugal-Espanha: Iberismo, Nacionalismo, Europeísmo e Lusofonia*. Oeiras: Fundação Marquês de Pombal.
- OLIVEIRA, Pedro Aires (1999). «Portugal e a Guerra Civil de Espanha: A retaguarda diplomática de Franco». *História* (3.^a Série), 12, 40-51.
- PINTO, Maria José (1996). «A solidariedade das oposições com a República Espanhola». Fernando Rosas (ed.). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 65-85.
- PRESTON, Paul (2004). *Franco, Caudillo de España*. Barcelona: Bolsillo.
- QUEIRÓS, António José (2009). «As relações luso-espanholas: da Primeira República à União Europeia (1910-1997)». *População e Sociedade*, 17, 131-153.
- REBELO, José Pequito (1939). *Espanha e Portugal. Unidade e Dualidade Peninsular*. Lisboa: Tipografia Ottosgráfica.
- REZOLA, Maria Inácia (1996). «O Estado Novo e o apoio à causa franquista». Fernando Rosas (ed.). *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 37-63.
- ROS AGUDO, Manuel (2009). *A Grande Tentação: Os planos de Franco para invadir Portugal*. Lisboa: Casa das Letras.
- SALAZAR, António de Oliveira (1935). *Discursos: 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SALAZAR, António de Oliveira (1937). *Discursos e Notas Políticas: 1935-1937*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SALAZAR, António de Oliveira (1943). *Discursos e Notas Políticas: 1938-1943*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (2002). «Portugal y España: encuentros y desencuentros (1640-2002)». *Historia y Política. Ideas, procesos y movimientos sociales*, 7, 267-287.
- SARDICA, José Miguel (2013). *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX*. Lisboa: Alêtheia.

- SARDINHA, António (1924). *A Aliança Peninsular. Antecedentes e Possibilidades*. Porto: Livraria Civilização.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1980). *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal – Espanha, 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1985). *Do “perigo espanhol” à amizade peninsular. Portugal-Espanha, 1919-1930*. Lisboa: Editorial Estampa.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1988). *A Relação Peninsular na antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1998). «De la distancia rival al encuentro indeciso: La relación peninsular en la edad contemporánea». Antonio Morales Moya (org.), *Los 98 Ibéricos e El Mar*. Madrid: Comissariado do Pavilhão de Espanha na Expo'98, Vol. I, 125-154.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (2011). «A I República e a Espanha». Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira (coord.), *A I República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta-da-China, 111-140.
- VICENTE, Ana (1992). *Portugal visto pela Espanha. Correspondência Diplomática, 1939-1960*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- VICENTE, António Pedro (2003). *Espanha e Portugal. Um Olhar sobre as Relações Peninsulares no Século XX*. Lisboa: Tribuna da História.